

INFLUÊNCIA DA PEDAGOGIA CATÓLICA NO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO NA PARAÍBA

*THE INFLUENCE OF CATHOLIC PEDAGOGY ON THE DEVELOPMENT OF
EDUCATION IN PARAÍBA STATE*

Carlos Ovídio Lopes de Mendonça Netto

Universidade Federal da Paraíba

Dr. Oswaldo Alonso Rays

Universidade Federal de Santa Maria

Resumo: Este artigo tem como objetivo central realizar um estudo sobre a influência da pedagogia católica no desenvolvimento da educação na Paraíba. Para atingir esse objetivo realizamos um breve resgate histórico da política educacional brasileira e da política educacional paraibana durante o período delimitado para a investigação e, em seguida, destacamos as linhas básicas das ideias pedagógicas no Brasil e a natureza da pedagogia católica em sua vertente crítica, que influenciou, em parte, o sistema de ensino paraibano. Outro resultado que constatamos é que essa influência é mais intensa nos movimentos de alfabetização de adultos e nos movimentos sociais que ocorreram no Estado da Paraíba após a reabertura política brasileira que aconteceu na segunda metade da década de 1970.

Palavras-chave: Ditadura Militar, Pedagogia, Igreja Católica, Educação na Paraíba.

Abstract: This article is mainly aimed to conduct a study on the influence of catholic teaching on the development of education in Paraíba. To achieve this goal we conducted a brief historical review of the Brazilian educational policy and educational policy during the Paraíba delimited to research and then highlight the basic lines of pedagogical ideas in Brazil and the nature of catholic teaching in his critical stance, which influenced, in part, the education system of Paraíba. Another result we find is that this influence is stronger in the adult literacy movements and social movements that occurred in Paraíba after reopening Brazilian politics that happened in the second half of the 1970s.

Keywords: Military Dictatorship, Education, The Catholic Church, Education in Paraíba.

Introdução

Este artigo tem como propósito analisar como a Igreja Católica, a partir de sua renovação (Vaticano II, Medellín e Puebla) e de sua reação à conjuntura nacional criada pelo Regime Militar, influenciou ou não, com seu ideário pedagógico contra-hegemônico, o desenvolvimento da educação no Estado da Paraíba.

Trata-se, assim, de dar uma resposta argumentativa, com base no estudo realizado em questão: **O ideário pedagógico católico, no período de 1964-1985, influenciou o desenvolvimento da educação na Paraíba?**

Ao assumirem o poder por meio do golpe de 1964, que se autodenominou de revolucionário, os militares consolidaram, gradativamente, um regime político ditatorial, reprimindo violentamente os

movimentos trabalhistas e grupos de oposição ao Governo.

O sistema educacional imposto e mantido pelo “governo revolucionário” relegou a educação a um segundo plano. O Estado da Paraíba e seus sistemas de ensino, excluindo algumas vertentes do ensino particular, também foram afetados por essa situação.

E foi nessa conjuntura de extrema violência contra os segmentos da sociedade civil que se opunham ao “golpe” e à tecnificação da educação, que a ala progressista da Igreja Católica assumiu um papel de destaque na luta contra a repressão e a tortura, na defesa intransigente dos direitos humanos, transformando-se em importante instituição de oposição ao Regime Militar.

Para compreendermos esta postura da Igreja Católica é necessário levarmos em consideração dois importantes fatores:

1) A ordem política e social imposta pelos militares e,

2) As mudanças que ocorreram nas diretrizes políticas e pastorais da Igreja, que influenciaram sobremaneira seu ideário pedagógico e, conseqüentemente, alguns segmentos da educação paraibana.

O golpe militar, como mencionamos linhas atrás, causou mudanças político-sociais e econômicas que afetaram diretamente a sociedade, a educação e a Igreja.

Nessas circunstâncias, a Igreja Católica, que no início do golpe militar o apoiou, passou a enfrentar, também, perdas de seus adeptos. Gradualmente, o catolicismo passou a perder o poder de influência na sociedade devido, também, às concorrências de outros credos religiosos

(Protestantismo de Massa, Espiritismo, Umbanda, entre outros) enquanto que o sacerdócio passou a não mais fazer parte dos interesses dos jovens das classes sociais urbanas e rurais, classificadas como subalternas ao idealismo capitalista.

A Igreja Católica vai, então, buscar alternativas para superar essa situação. Era preciso renovar-se pedagogicamente e se inserir concretamente nos movimentos e segmentos sociais sem secundarizar a sua doutrina.

No transcorrer das décadas de 1960 e 1980, o segmento crítico da Igreja vivenciou uma fase de estimulantes experiências pastorais que motivou as instituições eclesiais a se envolverem com os mais variados setores e segmentos das classes sociais que surgiram em protesto ao processo de opressão política e social emanado do Estado autoritário.

Isso faz com que a Igreja Católica crie uma série de organizações e entidades visando aproximar-se dos trabalhadores e dos segmentos da sociedade diretamente afetados pelo novo cenário nacional.

Para tanto, foram formados grupos como: Liga Eleitoral Católica (LEC); Liga Feminina da Ação Católica (LFAC); Juventude Operária Católica (JOC); Ação Católica Operária (ACO); Juventude Universitária Católica (JUC); Juventude Estudantil Católica (JEC) e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Nas décadas seguintes, surgiram as Comissões de Justiça e Paz (CJP); o Conselho Indigenista Missionário (CIM) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Conforme pesquisa realizada por Scocuglia (2002, p.92), na Paraíba dos anos 1960 aconteceram três grandes movimentos de alfabetização:

(...) (1) alfabetização-educação de adultos pelo rádio (SIREPA – Sistema Rádio Educativo da Paraíba – 1959-69); (2) aplicação em larga escala do Método Paulo Freire e do movimento de cultura popular adjacente (CEPLAR – Campanha de Educação Popular – 1961/64 e (3) aplicação do maior programa de reação (pós-abril de 1964), liderado por missionários protestantes e técnicos norte-americanos (Cruzada ABC – Cruzada de Ação Básica Cristã – 1964-1966/70) (SCOCUGLIA, 2002,p.92).

O SIREPA, no início de 1964, mantinha mais de uma centena de escolas radiofônicas, a CEPLAR era composta de aproximadamente cento e trinta círculos de cultura e a Cruzada ABC, instalada após o “golpe” de 1964, foi preparada para reagir e combater a CEPLAR e seu método político-pedagógico de inspiração freireana.

Esses movimentos de alfabetização popular da Paraíba “(...) foram marcados pela presença do Estado e da iniciativa de particulares, membros das igrejas católica e protestante, além de diversas entidades colaboradoras” (SCOCUGLIA, 2002, p. 94).

No discurso de Frei Beto (1981,p. 22), “o povo redescobriu a Igreja, não apenas como seu espaço de expressão e nutrição de fé, mas também como espaço de organização e mobilização”.

O Concílio Vaticano II produziu indiscutíveis mudanças na Igreja Católica. Entretanto, não se pode afirmar o mesmo quanto à conversão interior das pessoas. Com sensibilidade, João XXIII pretendia um *aggiornamento* para superar o abismo que muitas vezes separa a Igreja do mundo social. Todavia, não faltam indícios de tendências cada vez mais expressivas, visando restaurar o momento pré-conciliar da Igreja.

A carta do primeiro Fórum da Igreja Católica reconhece tendências restauradoras, quando afirma que as práticas atuais da formação de agentes são ainda excessivamente voltadas para o interior da Igreja e baseadas numa doutrina pré-conciliar (ZILLES, 2007, p. 429-430).

Neste contexto, o Papa João XXIII decidiu iniciar o Concílio Vaticano II discutindo com os membros da Igreja, qual seria o papel da instituição eclesiástica num mundo marcado por profundas transformações econômicas, políticas e sociais. No caso latino-americano, um contexto de transformações oriundas de poderes autoritários e não referendados pela maioria da população.

As encíclicas papais e as constituições pastorais, no decorrer desse evento, legitimaram uma série de inovações pastorais e educacionais que mudaram o rumo do catolicismo mundial. Nos países em desenvolvimento, como o Brasil e notadamente no Estado da Paraíba, essas mudanças foram marcantes.

No entanto, quando surge o golpe militar no ano de 1964, as autoridades mais influentes dentro da Igreja Católica no Brasil, apoiaram a intervenção militar, acreditando que o governo do presidente deposto, João Goulart, fosse uma séria ameaça à ordem social vigente devido as suas inclinações socialistas.

Revolução de 1964 não significa propriamente uma revolução da estrutura e do processo da sociedade brasileira. A sua significação consiste principalmente no fortalecimento daquela possibilidade de desenvolvimento que desde sempre demonstrou o caminho do desenvolvimento da sociedade (...) O seu caráter revolucionário consiste primariamente na eliminação de outras possibilidades de desenvolvimento no combate a grupos ideológicos que não se sujeitam a essas orientações (BERGER, 1976, p. 271-272).

Vivendo em meio a uma organização social repressiva, a Igreja passa a divulgar com mais intensidade os princípios de sua renovada doutrina eclesial aos segmentos sociais mais diretamente atingidos pela política do Estado opressor. Resulta daí, como era de se esperar, a instabilidade das relações entre o Governo e a Igreja.

O segmento crítico da Igreja Católica passa, então, a ser constantemente fustigado pelo poder central. Essas críticas à Igreja provocam na cúpula eclesial uma série de reações contundentes ao governo militar.

Esse segmento da Igreja com seu renovado ideário político-pedagógico passa a agir objetivamente em prol dos oprimidos, proporcionando com seus ensinamentos uma formação consciente e crítica sobre a realidade social.

Devido a esses problemas, a Igreja Católica passou a ser perseguida constantemente pelos militares. Padres, freiras, bispos e pessoas que se engajavam no novo projeto político-pedagógico da Igreja Católica e que se opunham ao regime, foram vítimas de prisões, exílios, torturas físicas e mentais que levavam, em muitos casos, até a morte. Nesse cenário de opressão, a Igreja passou a combater as atrocidades em defesa dos direitos humanos.

Durante o período de violenta repressão do governo militar (1972-1975), os membros eclesiais de todo o Brasil passaram a dedicar mais tempo do seu celibato para prestar assistências material e jurídica às pessoas que tinham sido presas e torturadas e até mesmo a auxiliar as famílias que tinham seus entes desaparecidos por ato do Regime.

A educação na Paraíba, inserida em uma realidade complexa e em um contexto profundamente marcado por desníveis sociais, vai requerer uma ação pedagógica adequada tanto para a realidade social quanto para a realidade educacional. Nesse sentido, a pedagogia católica renovada vai contribuir com um processo educacional com vistas a uma formação crítica dos educandos.

Vejamos a posição de Saviani (2008):

O discurso educacional abrange inúmeros contextos diferentes, perpassando a esfera científica, a ética e a prática, as quais emprestam uma variedade de matizes e de ênfases a noções que são ostensivamente comuns. Uma tarefa fundamental da análise pareceria, então, ser a de deslindar os diferentes contextos nos quais se discute e se argumenta sobre a educação, e a considerar as idéias básicas e os critérios lógicos apropriados que são relevantes em cada um deles (SAVIANI, 2008, p.387).

As instituições educativas no período 1964-1985, principalmente no Estado da Paraíba, nasciam das necessidades educativas da época e de novas experiências educacionais que o governo implantava a fim de atender os objetivos de mercado para a formação de mão-de-obra qualificada.

Mesmo consciente de que nesse período a educação era basicamente voltada para a qualificação profissional com a finalidade de atender aos interesses de uma sociedade capitalista, almejada pelo regime ditatorial, a pedagogia católica em processo de renovação vai se contrapor a esse objetivo educacional e propor meios e métodos educacionais que possibilitassem, principalmente às classes populares¹, uma formação crítica com

¹ Comungamos com o sentido dado por Trindade sobre o conceito de classes populares: “(...) classes

capacidade reflexiva e deliberativa, objetivando a emancipação e a inclusão social dos desfavorecidos².

A educação na Paraíba, mesmo com o quadro econômico, político, social e educacional, complexo e contraditório, começou a se desenvolver de forma positiva a partir do processo de redemocratização do país (segunda metade da década de 1970).

Nessa década começaram a se expandir as chamadas Organizações Não-Governamentais (ONGs) onde algumas delas, em parceria com os segmentos críticos da Igreja Católica, promovem uma série de ações político-educacionais em defesa dos direitos humanos e da potencialização da satisfação das necessidades humanas fundamentais.

Na Paraíba, a Igreja Católica foi a matriz gestora que contribuiu, significativamente, com a criação das organizações de defesa dos direitos humanos, com princípios político-pedagógicos contra-hegemônicos e que lutou incansavelmente para a reintrodução da educação religiosa nas escolas públicas e nas escolas particulares não-

confessionais, sem, no entanto, aderir a este ou aquele partido político.

Vejamos as explicações de Mello (2000) sobre a questão da adesão da Igreja a partidos políticos:

(...) A igreja não pode aderir a um partido político, porque ela tem um espaço aberto a todos que tem fé e aceitam a proposta do evangelho. Há pessoas bem intencionadas em partidos diversos. Todos eles têm o direito de encontrar na Igreja, uma ajuda, para aprofundar as suas reflexões e aperfeiçoarem seu comportamento. Todos merecem todo o respeito, quaisquer que sejam suas opiniões partidárias (MELLO, 2000, p.134).

Porém, com a redemocratização do país e suas consequências para o sistema educacional, a implementação do ideário pedagógico católico contra-hegemônico foi um processo complexo para pôr em prática o marco doutrinal da escola católica e suas implicações para os diversos setores da educação paraibana.

Esse ideário pedagógico católico crítico (contra-hegemônico), também denominado de ideário pedagógico católico progressista, vai estruturar seu projeto educativo considerando que:

- a) A educação em geral é fruto da sociedade existente; com isso a pedagogia católica na Paraíba tem a consciência que a sociedade capitalista tende a preparar as pessoas por meio de seu sistema educacional formal e não formal para que a ela se adapte sem questionamentos ou crítica a esse tipo de sociedade;
- b) A sociedade capitalista força comportamentos grupais que estratificam os desníveis sociais existentes, assim, para o ideário político-pedagógico contra-hegemônico da escola católica a

são agrupamentos de pessoas que comungam interesses econômicos e políticos particulares, os quais, dependendo do contexto histórico, adquirem consciência de si (dos seus interesses) e organizam-se para uma ação política visando à conquista da hegemonia do modelo social. Como agrupamento de pessoas, as classes ocupam determinada posição na estrutura econômica em suas relações com os meios de produção, produzem e reproduzem as condições necessárias à sua sobrevivência” (TRINDADE, 2002, p. 33).

² Os propósitos dessa formação crítica contribuíram, de certa forma, para que muitos pensadores católicos, professores, padres e seminaristas, fossem perseguidos pela ditadura e expulsos do Estado por não concordarem que o processo de escolarização se distanciasse do pleno desenvolvimento do sujeito humano.

- educação burguesa tem se caracterizado como reforço na manutenção desses desníveis;
- c) Em nível de relacionamento interpessoal, a estrutura social favorece as manifestações de autoritarismo e de domínio do homem pelo homem. Essas manifestações de autoritarismo e de domínio aparecem em diversas formas de relacionamento educacional envolvendo professor-aluno, direção-professor-aluno, coordenação pedagógica-professor, professor-professor, aluno-aluno, entre outras formas de relacionamento onde é possível constatar as manifestações de autoritarismo pedagógico e de violência simbólica;
- d) A escola, pensando e agindo de modo acrítico, corre o sério risco de se identificar e de se submeter aos interesses imediatistas da classe dominante, não se preocupando com uma educação de qualidade para as classes populares. O homem com uma formação e uma visão alienada do mundo em que vive é presa fácil para os que detêm o poder político e econômico da sociedade;
- e) O processo educativo mantido por congregações católicas não pode ser apenas definido como um simples processo educativo, mas como educação do ser humano para toda a vida em sociedade. Para tanto, a escola católica paraibana, em sua vertente crítica e não tradicional, reconhece e valoriza tanto o processo

educativo formal quanto o não formal;

- f) A educação cristã necessita ser entendida como um processo de conversão de situações menos humanas para situações mais humanas.

Com esse entendimento concreto dos problemas que uma sociedade capitalista opressora pode causar por meio de um processo educativo autoritário e dominante, principalmente, as classes menos favorecidas pela conjuntura social e econômica deflagrada após o golpe militar de 1964, alguns segmentos e educadores da escola católica no Estado da Paraíba optou por algumas linhas fundamentais de ação para a organização e desenvolvimento de seu projeto educativo à luz do Concílio Vaticano II, Medellín e Puebla.

Assim, em termos de **objetivos educacionais amplos**, o segmento crítico da Escola Católica Paraibana procurou se aproximar e pôr em prática as recomendações emanadas das Conferências que renovaram o marco doutrinal da Escola Católica.

À luz desse marco doutrinal, foi possível às escolas, dentro das limitações do processo educativo:

- a) Estabelecer, dentro dos limites de seus projetos educativos, um currículo centrado nos problemas culturais, econômicos, políticos, sociais e religiosos da realidade paraibana, tendo como referência uma sociedade mais justa e mais humana;
- b) Criar situações educativas para a formação de agentes de transformação permanente de

- realidades específicas onde reina a injustiça social;
- c) Estar aberta ao diálogo problematizador que conduza à educação libertadora (Medellín: Paulo Freire; Frei Betto). Diálogo entre educadores, educadores-educandos, educandos-educandos, reconhecendo os diferentes níveis de responsabilidade e de solidariedade no processo ensino-aprendizagem e em suas relações com o entorno social e a sociedade em geral;
 - d) Planejar estratégias e meios com vistas ao conhecimento crítico da realidade e seu modo de inserção para ações socioeducativas na sociedade;
 - e) Trabalhar com uma metodologia de ensino capaz de oferecer a educandos e educadores condições para o desenvolvimento de consciência crítica para a prática educativa em diferentes situações de trabalho pedagógico (formal e não formal; em escolas e em movimentos sociais – urbanos e não urbanos);
 - f) Organizar no ambiente escolar, estruturas internas geradoras de valores de justiça social, fraternidade, solidariedade, cooperação (em substituição ao individualismo), independente de raça, religião, classes e povos;
 - g) Opor-se a toda e qualquer espécie de autoritarismo, de opressão e de discriminações feitas às pessoas, dentro e fora do ambiente educativo;
 - h) Reconhecer que “a verdadeira educação faz parte da Evangelização” (PUEBLA, 1979).

A opção do segmento crítico das escolas católicas paraibanas por um ideário pedagógico contra-hegemônico conferiu-lhe condições ímpares de diálogo com as questões centrais da educação local e regional.

O diálogo político-pedagógico com o sistema de ensino público e com algumas escolas particulares que comungavam com o ideário e a prática pedagógica desenvolvidos em escolas católicas e em movimentos sociais de alfabetização de jovens e adultos, postos em ação no Estado da Paraíba, influenciou de certo modo a busca da qualidade de ensino tão almejada pela sociedade paraibana nos tempos da ditadura.

No entanto, como a pedagogia contra-hegemônica, baseada em uma teoria crítica da educação, não considerava o ato educativo como um ato neutro e, entendia a educação como um ato político a favor das classes oprimidas e contra os objetivos da Ditadura Militar, não podemos afirmar categoricamente que esse ideário pedagógico predominou no sistema de ensino paraibano.

Muitas escolas públicas e particulares do Estado da Paraíba, comungando com os ideais do golpe de 1964 ou, por receio de serem reprimidas, aderiram apenas àquelas posturas teóricas que enfatizavam os métodos e as técnicas de ensino, secundarizando as relações educação-sociedade, educação-política, educação-economia.

Chegamos a essas constatações, ao analisarmos os projetos pedagógicos (à época denominados de Planejamento Escolar) das principais escolas públicas e particulares do nosso Estado. Não nos foi permitido, pelas atuais direções dessas escolas fotocopiar esses projetos, pois era

nossa intenção anexá-los a este relatório de pesquisa.

Outra fonte para essas constatações foram as “entrevistas informais e abertas” que realizamos com alguns educadores e ex-diretores e supervisores de escolas públicas e particulares da época. Esses educadores, ex-diretores e ex-supervisores pedagógicos não são aqui identificados por questões éticas e, em alguns casos, por solicitações dos entrevistados.³

Assim, podemos afirmar que houve dissonância política entre o ideário pedagógico católico crítico e algumas instituições de ensino que optaram por processos educativos inspirados nos movimentos da escola nova e do tecnicismo, uma vez que estes não se preocupavam com uma formação política e crítica dos educandos. Essa postura teórica e prática é fácil de ser constatada nos planos de ensino das diferentes disciplinas curriculares dessas instituições de ensino. Constatamos, também, que em alguns planos de ensino havia um misto de princípios pedagógicos advindos tanto da postura tradicional quanto do escolanovismo e do tecnicismo instrucional.

Essa realidade teórico-prática da educação paraibana no período da ditadura militar (1964-1985) nos permite inferir que a pedagogia católica, com sua ideologia cristã e político-pedagógica contribuiu, em parte, para o desenvolvimento da educação no Estado da Paraíba, com sua postura

consciente das necessidades sociais, educacionais e formativas da sociedade paraibana da época, por meio de suas ações socioeducativas e culturais.

Considerações Finais

O objetivo do nosso trabalho foi o de investigar a influência da pedagogia católica no desenvolvimento da educação na Paraíba, a consecução desse objetivo, realizamos um breve resgate histórico da política educacional brasileira e paraibana.

A influência da pedagogia católica no desenvolvimento da educação na Paraíba é notória nos documentos que consultamos na Arquidiocese da Paraíba, nas dissertações e teses de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba e, em parte, nos livros que serviram de referência para este estudo.

Entretanto, essa influência é mais intensa nos processos educativos de âmbito não escolar, isto é, nos movimentos de educação de adultos e nos movimentos sociais que ocorreram, timidamente, na Paraíba, nos anos 1960 e, com mais vigor e intensidade, após a reabertura política que acontece no Brasil na segunda metade da década de 1970.

Esperamos, pois, que o resultado desta investigação, limitada pelos seus propósitos, possa motivar estudos de longo alcance sobre essa complexa e relevante fase da educação paraibana.

³ Quando estabelecemos nossa metodologia de pesquisa não era nossa intenção entrevistar educadores católicos e não religiosos, que atuaram em escolas católicas paraibanas da época. No entanto, para dar mais credibilidade às nossas inferências sobre a contribuição da pedagogia católica para a educação paraibana acabamos por entrevistar, em um clima informal, uma pequena amostra desses educadores que se dispuseram a nos dar informações sobre as questões em estudo.

Referências

BERGER, M. *Educação e Dependência*. São Paulo: Difel-UFRLS, 1976.

BETTO, F. *O que é comunidade eclesial de base?* São Paulo: Brasiliense, 1981.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

MELLO, J. O. de A. *O Problema do Estado na Paraíba: da formação à crise. (1930-1996)*. Campina Grande: ADUEP, 2000.

SAVIANI, D. *História das idéias pedagógicas no Brasil* (2^a ed.). Campinas: Autores Associados, 2008.

_____. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações* (8^a ed.). Campinas: Autores Associados, 2003.

_____. História das Idéias Pedagógicas: reconstruindo o conceito. In: Faria Filho, L. M. de (Org.) *Pesquisa em história da educação: perspectiva de análise, objetos e fontes*. Belo Horizontes: HG Edições, 1999.

_____. *Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política*. (2^a ed.). São Paulo: Autores Associados, 1984.

_____. Tendências e correntes da educação brasileira. In: MENDES, D. T. (Org.) *Filosofia da educação brasileira*.

Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

ZILLES, U. *Filosofia da educação*. Porto Alegre: EDIPURCS, RS, 1981.

Sobre os autores

Carlos Ovídio Lopes de Mendonça Netto: Aluno do Mestrado de Ciências das Religiões da Universidade Federal da Paraíba. (carlosmnetto@bol.com.br).

Dr. Oswaldo Alonso Rays: Doutor em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria com convênio com a UNICAMP. Professor titular da Universidade Federal de Santa Maria – RS.